

AVITÓRIA DA LÍNGUA PORTUGUESA NO BRASIL COLONIAL

A vitória real da língua portuguesa no Brasil só foi registrada 300 anos depois da chegada dos descobridores, quando os brasileiros falaram pela primeira vez sua própria língua, em reunião pública, nos debates da Assembléia Constituinte de 1823.

José Honório Rodrigues

Quando Pedro Álvares Cabral aportou ao Brasil, Pero Vaz Caminha, que escreveu ao Rei contando o que se passara, observou ter sido impossível “haver fala ou entendimento de proveito”. Ninguém entendia ninguém e trocaram impressões, como mudos, gesticulando. Daí a solução tomada de não levarem índios por força, por ser gente que ninguém entende, mas deixar dois degredados para aprenderem a falar a língua dos índios.

Noutra passagem, Caminha escreveu que “ali esperou um velho, que trazia na mão uma pá de almadia. Falava, enquanto o capitão estivesse com ele, perante nós todos, sem nunca ninguém o entender, nem ele a nós”.

E na sexta-feira, 1º de maio, após a Missa, sendo o dia da partida, escreveu Caminha que “segundo o que a mim e a todos pareceu, esta gente não lhes falece outra coisa para ser toda cristã, senão entender-nos”¹.

Quando Pero de Magalhães Gândavo elaborou sua *História da Província de Santa Cruz* (1575), afirmou que “a língua de que usam, toda pela costa é uma, ainda que em certos vocábulos difere nalgumas partes, mas não de maneira que se deixem uns aos outros de entender, e isto até altura de vinte e sete graus, que daí por diante há outra gentildade, de que nós não temos tanta notícia, que falam já outra língua. Esta de que trato, que é geral pela costa, é

muito branda, e a qualquer nação fácil de tomar”².

Antes de Gândavo escrever sua *História* já havia, em 1531, gente portuguesa que conhecia a língua dos índios. No *Diário da Navegação de Pero Lopes de Sousa*³, diz-se que em frente à Cananéia vieram ter à nau, num bergantim, Francisco Chaves e o bacharel (de Cananéia) e 5 ou 6 castelhanos. “Este bacharel havia 30 anos (portanto vivendo aqui desde a primeira expedição, em 1501) que estava degredado nesta terra, e o Francisco Chaves era mui grande língua desta terra.”

Estes aprendiam por si, no convívio com a gente da terra, sobretudo de fala tupi, tal como Caramuru e o bacharel da Cananéia.

Os estudos da língua indígena começaram cedo com os jesuítas. O padre João Azpicuelta Navarro (? – 1557) foi o primeiro a traduzir a “Suma da Doutrina Cristã na Língua Tupi”.

JOSÉ HONÓRIO RODRIGUES – Nasceu no Rio de Janeiro, a 20 de setembro de 1913. Bacharelou-se pela Faculdade Nacional de Direito, em 1937. Segundo ele, o processo cultural que impôs uma língua portuguesa sobre as outras não foi assim tão pacífico, nem tão fácil. Custou esforços inauditos, custou sangue de rebelados, custou suicídios, custou vidas. A vitória do português – informa ele – não dependeu de fatores lingüísticos, mas históricos, e desde então as variedades são regionais e de classes sociais.

Nóbrega, chefe de todos os jesuítas, muito gago, não aprendeu nunca a língua tupi, mas incentivou os estudos dela e nas *Cartas do Brasil* (1549-1560)⁴, escreveu na primeira ao Padre Mestre Simão Rodrigues de Azevedo, em 1549, que “trabalhamos de saber a língua deles, e nisto o Padre Navarro nos leva vantagem a todos. Temos determinado ir viver às aldeias, quando estivermos mais assentados e seguros e aprender com eles a língua e il-os (*sic*) doutrinando pouco a pouco. Trabalhei por tirar em sua língua as orações e algumas práticas de Nosso Senhor e não posso achar língua que m’o saiba dizer, porque são eles tão brutos que nem vocábulos têm. Espero de as tirar o melhor que puder com um homem (Diogo Álvares, o Caramuru) que nesta terra se criou de moço”.

Noutra carta, de 10 de agosto de 1549, escreveu a seu mestre em Coimbra, Dr. Navarro, que o padre João de Azpicuelta Navarro “já sabe a língua deles que, ao que parece, muito se conforma com a biscainha, de modo que com eles entende e a todos nos leva vantagem”⁵.

Na carta a Simão Rodrigues, em 1550, afirma que “na língua deste país alguns somos muito rudes e mal exercitados, mas o Padre Navarro tem especial graça de Nosso Senhor nesta parte, porque andando pelas aldeias dos Negros (Índios), em poucos dias que



VIEIRA CONSIDERAVA
UM MILAGRE A GRAMÁTICA
DA LÍNGUA NATIVA
ESCRITA POR ANCHIETA.

aqui estamos, se entende com eles e prega na mesma língua”⁶.

Um dos pontos graves para Nóbrega era se os índios “poderão confessar por intérprete”, daí a urgência de aprender a língua mais falada da costa⁷. Volta a repetir em carta a El-Rei D. João, em 1554, que “na Bahia não se entende agora com o gentio por falta de língua, que não temos”⁸.

O padre Navarro morreu cedo, em 1555, e logo se sentiu a necessidade extrema de línguas ou intérpretes que falassem o tupi.

Já nessa década dos cinquenta falavam-se várias línguas e alguns colonos portugueses aprendiam pelo convívio, sem lições, o tupi e outras línguas indígenas e as africanas, pois os negros da Guiné já haviam sido introduzidos

no Brasil, como se demonstra nas próprias cartas de Nóbrega.

O padre Navarro, biscainho, foi substituído pelo canarino José de Anchieta, que aprendeu logo a língua e escreveu a *Arte da Gramática da Língua mais usada na Costa do Brasil*⁹, e o *Diálogo da Doutrina Cristã*, todo em língua brasileira. Desta capacidade do padre Anchieta diria mais de um século depois o padre Antonio Vieira: “quão praticada fosse a (língua) do Brasil nesta nossa Província bem o testifica a primeira *Arte ou Gramática* dela, de que foi autor e inventor o grande Anchieta, e com razão se pode estimar por um dos seus milagres”¹⁰.

O próprio Anchieta, com os ouvidos mais apurados, percebeu que havia uma multidão de nações, variando no falar. Antes de escrever a *Arte*, ele dizia, de São Vicente, em 1554, aos irmãos enfermos de Coimbra, que “quanto à língua eu estou adiantado, ainda que é mui pouco, para o que soubera se me não ocupara em ler gramática; todavia tenho entendido quase todo seu modo; não o ponho em arte, porque não há cá a quem aproveite; só eu me aproveito dela e aproveitar-se-ão os que de lá vierem e souberem gramática”¹¹.

Mas já em 1560, no Colégio da Bahia, e provavelmente desde 1555 em Piratininga, já se estudava a língua da terra na gramática de Anchieta, mas por exemplares manuscritos, pois, como vimos, só em 1591 foi ela impressa em Coimbra.

Falando dos costumes do Brasil na “Informação do Brasil e de suas Capitânicas de 1584”, um dos documentos capitais da história primitiva do Brasil, ele escrevia que “todos os da costa que têm uma mesma língua comem carne humana”¹².

Quando o visitador padre Christovão Gouvêa chegou à Bahia foi saudado no Colégio com três discursos, um na língua portuguesa, outro na brasileira e outro em latim, e Anchieta informa em



Padre Antonio Vieira, protetor dos índios do Brasil.

seus “Fragmentos Históricos”¹³ que “como os padres sacerdotes não sabiam a língua da terra, serviam os irmãos de intérpretes para as doutrinas e peregrinações e confissões, ainda dos mestiços, mulheres e filhos de Portugueses, principalmente nas confissões gerais, para melhor se darem a entender e ficarem satisfeitos”¹⁴.

Como se vê, os mestiços, os filhos e mulheres (índias) dos portugueses precisavam de intérpretes, porque não falavam português.

Anchieta foi quem mais se distinguiu e dominou a língua brasílica, mas afora ele, e Azpicuelta Navarro, só Pero Corrêa e Manuel Chaves, ambos moradores em São Vicente e recebidos na Ordem como irmãos, a dominaram.

Os padres jesuítas que chegavam deviam logo ler a *Arte da língua brasílica* composta por Anchieta¹⁵.

Luís da Grã (1523-1609), que substituiu Nóbrega como Provincial e fora Superior de São Vicente e Reitor do Colégio de Pernambuco, ordenou que “houvesse cada dia uma hora de lição da língua brasílica, que cá chamamos grego, ele é o mestre dela pola saber entender e explicar suas regras melhor que todos, posto sejam mui boas línguas”¹⁶.

Se Anchieta foi o primeiro a escrever a *Arte da Gramática*, Fernão Cardim foi o primeiro a descrever de certa forma ordenada a diversidade de nações e língua¹⁷.

Escreveu Cardim que “em toda esta província há muitas e várias nações de diferentes línguas, porém uma é a principal que compreende algumas dez nações de índios; estes vivem na costa do mar, e em uma grande corda do sertão, porém são todos estes de uma só língua, ainda que em algumas discrepam e esta é a que entendem os portugueses; é fácil, e elegante, e suave, e copiosa, a dificuldade está em ter muitas composições”. Acrescentou que



VERA EFFIGIES CELEBERRIMI
P. ANTONII VIEIRA,
Societ. Jesu Lusitanicorum Regum Concionatoris, et Concionatorum Principis,
quem dedit Lusitania mundo Olyssipo Lusitania, Societati Brasilia Obijt Bahia
Prope nonagenarius Die 18. July Ann. 1697. Quiescit in regio Collegii Bahi-
ensis templo, ubi sepultus frequentissimo urbis concursu, aeterno orbi desideris ~

“Este, que teve a fama e a glória tem, Imperador da língua portuguesa”. (Fernando Pessoa, “Mensagem”).

os portugueses que chegam do Reino e os que estão no Brasil e “têm comunicação com os índios a sabem em breve tempo e os filhos de portugueses aqui nascidos a sabem melhor que os portugueses, assim homens, como mulheres, principalmente na Capitania de São Vicente, e com estas dez nações de índios têm os padres comunicação por lhes saberem a língua, e serem mais

domésticos e bem inclinados; estes foram e são amigos antigos dos portugueses e que pelejaram contra seus próprios parentes e outras nações indígenas”.

“Eram tantos os desta casta que parecia impossível poderem-se extinguir, mas os portugueses tanto os têm combatido que quase todos são mortos, e lhes têm tal medo que despovoam a



IMPOSSÍVEL CONVERTER CERTOS TAPUIAS: “TÊM MUITAS E DIFERENTES LÍNGUAS DIFICULTOSAS”.

costa e fogem pelo sertão adentro até trezentas ou quatrocentas léguas.”

Enumera, então, os de línguas diferentes, os potyguara, os viatã, os tupinambá, os caeté, e muitos outros grupos, num conjunto de 76 diferentes nações e línguas diferentes, gente brava, silvestre e indômita, contrárias ao gentio que vivia na costa do mar; a única exceção citada por Cardim eram os tapuias, que viviam no Rio São Francisco e outros que viviam mais perto. Com estes se poderia fazer algum fruto “com os mais tapuias não se pode fazer conversão por serem muito andejes e terem muitas e diferentes línguas dificultosas”¹⁸.

Cardim, na sua “Informação da Missão do P. Christovão Gouvêa às Partes do Brasil. Ano de 83”¹⁹ várias vezes se referiu às orações e falas feitas em língua brasílica, e declarou que os índios estimavam tanto um bom língua que lhe chamam senhor da fala. “Quando querem experimentar um e saber se é grande língua, ajuntam-se muitos para ver se o podem cansar, falando toda a noite em peso com ele, e às vezes dois, três dias, sem se enfadarem.”²⁰ Os meninos índios que frequentavam a escola de ler e escrever eram bilíngües, falavam sua língua e o português²¹.

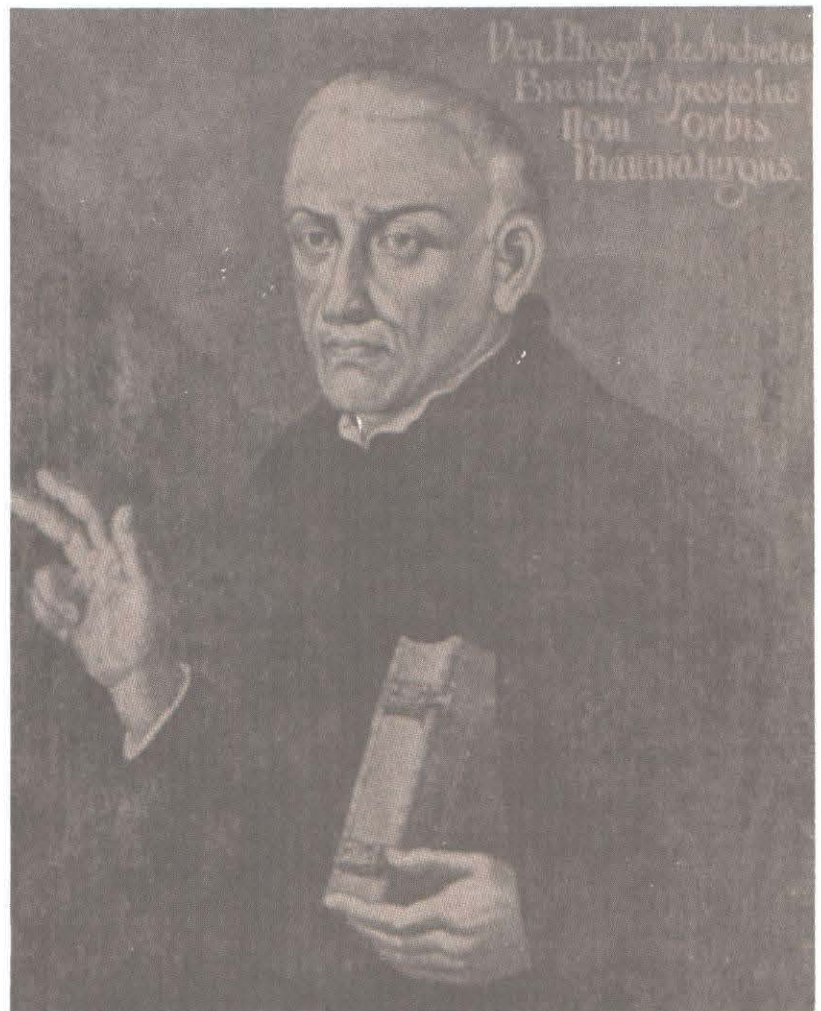
Gabriel Soares de Sousa no seu *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*²² descreveu a vida e costumes dos gentios Petiguar, Caitê, Aimoré, Tupiniquim, Goitacaz, Papanaz, Tamoio, Goianaz e Carijó e distingue-lhes a língua que falam. Soares de Sousa afirmou que os Cayté falavam a mesma língua que os Tupinambá, falada também pelo Petyguar; já os Aymoré eram mais selvagens que os outros bárbaros, e depois de perderem a linguagem vieram a fazer “outra nova, que se não entende de nenhuma outra nação do gentio de todo este estado do Brasil”²³.

Os tupiniquim senhorearam e possuíam a terra da costa do Brasil, ao

longo do mar; houve muitas guerras, danos, mas com o tempo vieram a fazer pazes, e desde então eram muito fiéis e verdadeiros aos portugueses. Explicou que ainda que os Tupiniquim ainda que sejam contrários aos Tupinambá, “não há entre eles na língua e costumes mais diferenças do que tem os moradores de Lisboa dos da Beira”. É gentio mais doméstico e ajudaram os

portugueses contra os Aymoré, os Tapuia e os Tamoio.

Os Guaytacaz eram senhores da terra da costa que formou parte da Capitania do Espírito Santo e parte da Paraíba do Sul, ou de S. Tomé. Este gentio tinha diferente linguagem da dos Tupiniquim, Papanez e Tamoio. Os Papanez viviam ao longo do mar entre a



Padre José Anchieta (tela antiga, no Gesù, Roma). Em 1554, ele escrevia: “quanto à língua estou adiantado, ainda que é mui pouco”.

“Frontispício da Arte de Gramática”, de Padre Anchieta, editada em 1595 (Biblioteca Vittorio Emanuele, Roma).

capitania de Porto Seguro e a do Espírito Santo, donde foram lançados para o sertão pelos Tupiniquim, seus contrários. Sua linguagem era entendida pelos Tupiniquim e Guaytaccá, ainda que mal²⁴.

Os Tamoyo ocupavam a costa, passando desde o cabo de S. Tomé até Angra dos Reis. “Este gentio é grande de corpo e muito robusto, são valentes

homens e mui belicosos e contrários de todo o gentio, senão dos Tupinambá, de quem se fazem parentes, cuja fala se parece muito uma com a outra, e têm as mesmas gentilidades, vida e costumes, e são amigos uns dos outros”, mas inimigos dos Guaytacá²⁵.

Os Guaynaz têm suas terras ao longo da costa desde Angra dos Reis até o rio Cananéia, onde se vizinham com

os Carijó. Estão sempre em guerra “com os Tamoyo de uma banda e com os Carijó de outra e matam-se uns aos outros, cruelmente”. A linguagem deste gentio é diferente da de seus vizinhos, mas entendem-se com os Carijó²⁶.

Os Carijó são contrários aos Guaynaz e matam-se uns aos outros. Eles possuem a terra da costa do rio da Cananéia, onde se avizinham com os Goyanaz. É gentio doméstico, pouco belicoso, de boa razão, não comem carne humana, nem matam branco que com eles vão resgatar, sustentam-se da caça e peixe, plantam mandioca e legumes. A linguagem deles é diferente da de seus vizinhos.

A descrição mais completa de índio que se encontra em Gabriel Soares de Sousa é sobre os Tupinambá, que povoavam a Bahia e foram seus primeiros povoadores.

Os Tupinambá se dividiam em vários bandos, uns se inimizando com outros, mas todos falando uma língua que é quase geral pela costa do Brasil²⁷.

Nos *Diálogos das Grandezas do Brasil*²⁸, de Ambrósio Fernandes Brandão, cristão-novo, pouco se colhe sobre a língua dos índios. Repete o dito em autores anteriores de que na língua deles faltam as três letras F, L, R, em sinal de que não têm fé, lei e rei²⁹, e ao final, falando dos tapuia diz que sua fala é diferente, “porque os demais gentios os não entendem, por terem a linguagem arrezada”³⁰.

Já entrado no século dezessete, quando a mestiçagem étnica, cultural e lingüística tinha se desenvolvido com a tentativa de lusitanização do índio e a indianização do português, e, ainda, a africanização de índios e brancos, uns assimilando-se aos outros, Antonio Vieira começa sua ação e sua pregação.

Falando sobre ser necessário “aos apóstolos ou seus sucessores do seu ministério muito cabedal de amor de





“NA TORRE DE BABEL
EXISTIAM 72 LÍNGUAS; NA BABEL
DO AMAZONAS JÁ SE
CONHECEM MAIS DE 150.”

Deus, para ensinar, nesta terra e nestas terras, é ainda necessário muito mais amor de Deus, que em nenhuma outra. E por quê? Por dois princípios: o primeiro, pela qualidade das gentes, o segundo pela dificuldade das línguas”³¹.

Continuando seu sermão ouvido em S. Luís, Vieira dizia que “entre os portugueses mais em particular ainda para os desta conquista, em que são tantas, tão estranhas, tão bárbaras e tão nunca ouvidas, nem conhecidas, nem imaginadas as línguas”. Relembra então que “Portugal mandou missionários ao Japão, à China, à Pérsia, onde a língua era uma só. (...) Porém os missionários que Portugal manda ao Maranhão, posto que não tenha nome de império, nem de reino, são verdadeiramente aqueles que Deus reservou para a terceira, última e dificultosíssima empresa, porque vêm pregar a gentes de tantas, tão diversas e tão incógnitas línguas, que só uma coisa se sabe delas, que é não terem número (...) e o Rio das Amazonas da cidade de Belém para cima, já se lhe têm contado mais de três mil (léguas), e ainda se lhe não sabe o princípio. Por isso os naturais lhe chamam Pará e os portugueses Maranhão, que tudo quer dizer mar e mar grande. E vem-lhe curto também o nome de Babel, porque na torre de Babel, como diz S. Jerônimo, houve somente setenta e duas línguas, e as que se falam no rio das Amazonas são tantas e tão diversas, que se lhes não sabe o nome, nem o número. As conhecidas até o ano de 639 no descobrimento de Quito, eram cento e cinqüenta. Depois se descobriram muito mais, e a menor parte do rio, de seus imensos braços e das nações que os habitam é o que está descoberto. Tantos são os povos e tão ocultas as línguas e de tão nova e nunca ouvida inteligência”³².

Acentua Vieira as dificuldades das línguas pregando que “Se é trabalho ouvir a língua que não entendeis,

quanto maior trabalho será haver de entender a língua que não ouvis? O primeiro trabalho é ouvi-la; o segundo percebê-la; o terceiro reduzi-la a gramática e a preceitos; o quarto estudá-la; o quinto (e não o menor, e que obrigou S. Jerônimo a limar os dentes) o pronunciá-la”³³.

No esforço pela evangelização, Vieira diz que “as letras dos Chins e dos Japões muita dificuldade têm porque são letras hieroglíficas, como as dos egípcios, mas enfim, é aprender língua de gente política e estudar por letra e por papel. Mas haver de arrostar com uma língua bruta e de brutos, sem livro, sem mestre, sem guia, e no meio daquela escuridade e dissonância haver de cavar os primeiros alicerces e descobrir os primeiros rudimentos dela (...) não há dúvida que é uma empresa muito árdua a qualquer entendimento”³⁴.

Já no Sermão da Epifania, pregado na Capela Real perante a Rainha Regente, ele declamava: “Quando Deus confundiu as línguas na torre de Babel, ponderou Filo hebreu que todos ficaram mudos e surdos, porque, ainda que todos falavam e todos ouviam, nenhum entendia outro. Na antiga Babel houve setenta e duas línguas; na Babel do rio das Amazonas já se conhecem mais de cento e cinqüenta, tão diversas entre si como a nossa e a grega; e assim quando lá chegamos, todos nós somos mudos e todos eles surdos. Vede agora quanto estudo e quanto trabalho será necessário para que estes mudos falem e estes surdos ouçam”³⁵.

E prossegue sobre a questão da aprendizagem das línguas afirmando: “Nossa vocação (diz S. Inácio no princípio do seu *Instituto*) é para discorrer e fazer vida em qualquer parte do Mundo, onde se espera maior serviço de Deus e ajuda das almas. (...) A sua regra o diz: Para maior ajuda dos naturais da terra em que residem, todos aprendam a língua dela. Reparemos bem naquelas duas cláusulas universais: todos e em qualquer parte. E que parte ou partes

do Mundo, e que terra ou terras são essas onde residem? O Japão, a China, o Malabar, o Mogor, o México, o Peru, o Brasil, o Maranhão, e se se descobrir a terra incógnita, também essa. E quem são os que hão de aprender as línguas? Todos, diz, sem exceção de pessoa”.

Vieira alinha outras considerações, referindo-se às três línguas não-bárbaras nas quais se escreveu o título que Jesus teve na cruz: hebraica, grega e latina. E prossegue: “Porém depois que o Calvário se estendeu a todo o mundo e nele se arvorou o estandarte do Crucificado, o título da cruz já é composto de todas as línguas, por bárbaras e incógnitas que sejam. Quão praticada fosse a do Brasil nesta província, bem o testifica a primeira arte ou gramática dela, de que foi autor e inventor o grande Anchieta, e com razão se pode estimar por um dos seus milagres. (...) Bem o testificam as outras que depois saíram mais abreviadas, e os vocabulários tão copiosos, e o catecismo tão exato. (...) Sobretudo o testifica o mesmo uso de que nos lembramos os velhos, em que a nativa língua portuguesa não era mais geral entre nós que a brasílica. (...) Isto é o que alcancei, mas não é isto o que vejo hoje, não sei se com maior sentimento, ou maior admiração. (...) E que direi eu ao Colégio da Bahia, ou o que me dirá ele a mim, quando nessa comunidade é já tão pouco geral a língua chamada geral do Brasil, que são mui contados aqueles em que se acha”³⁶.

A luta das línguas provoca-lhe a reflexão de que “se têm engrossado as antigas finezas, ou se têm apagado, e, quando menos esfriado este fogo das línguas na nossa província, por se ver menos cultivada hoje nela a língua geral do Brasil? Não digo, nem se pode dizer tal coisa, pois é certo que à diminuição de uma língua têm sucedido cinco. A portuguesa, com que por tantos meios se insiste na reformação dos portugueses; a etiópica, com que só nesta cidade



“Negros carregadores de cangalhas” (acima) e “Negros de diferentes nações”, desenhos de Jean Baptiste Debret (1768-1848), publicados na “Viagem pitoresca e histórica ao Brasil”.



se doutrinam e catequizam vinte e cinco mil negros, não falando no infinito número dos de fora; as duas tapuias, com que no maior interior dos sertões mais remotíssimos, se têm levantado as seis novas cristandades dos paiaíás e chiriris; nem finalmente a própria brasileira e geral, com que nas doze residências mais vizinhas do mar, em quatrocentas léguas de costa, doutrina a Companhia e conserva as relíquias dos índios deste nome, que já estariam acabadas, se ela os não conservasse. (...) E como no Brasil se foi diminuindo o

número de índios e crescendo o dos portugueses, com prudência não alheia de nosso Instituto, se limitou o estudo da língua da terra, para que as idades em que ela mais facilmente se aprende, se aplicassem desde logo ao estudo da retórica, filosofia e teologia, e mais depressa se formassem os operários, que necessitam de maiores letras. Porém na ocasião presente em que às obrigações desta província se têm acrescentado a conquista universal do novo mundo do Maranhão, e grande mar do rio das Amazonas, não há dúvida que a

língua geral do Brasil, como porta por onde só se pode entrar no conhecimento das outras, nos faz a grande falta e aperto em que nos vemos”³⁷.

A língua geral: sua difusão no Brasil

Os índios de língua geral foram sempre, apesar de guerreados, aqueles que mais normalmente se submeteram e fizeram paz com os colonos. Daí virem ordens de S. Majestade “sobre os paulistas que com o pretexto de andarem aos tapuias de corso, cativaram os de língua geral”. Eram índios que estavam sendo domesticados pelos jesuítas e assim determinava S. Majestade que lhes impedisse o intento, mandando que Antonio Luiz Gonçalves de Câmara Coutinho, governador da Bahia (1690-1694) escrevesse aos paulistas para mostrar-lhes “quanto convinha ao serviço de S.M. e bem daquela conquista conservarem-se os índios já domesticados naquele lugar em que estavam situados”³⁸.

Como os da costa, mais valentes ou mais dóceis foram aos poucos sendo submetidos os índios do sertão chamados, na generalidade, de tapuias. Eram os que enfrentavam as forças dos colonos e especialmente os bandeirantes.

Houve casos de, nos assaltos ao gentio “bárbaro”, prender-se apenas um. As autoridades tentavam a todo custo encontrar um intérprete, pois estavam diante de uma língua estranha. Foi neste sentido que o Marquês de Angeja, D. Pedro Antonio de Noronha Albuquerque e Sousa, governador da Bahia (1714-1718) e terceiro Vice-Rei, escreveu ao sargento mestre-de-campo Manuel Nunes Viana, o chefe dos emboabas, para procurar um intérprete que entendesse o índio aprisionado³⁹.

O predomínio da língua geral firmou-se com os bandeirantes, todos ou quase todos falando apenas esta língua



AINDA EM 1768, O GUARANI ERA A LÍNGUA USADA NA INTIMIDADE EM SÃO PAULO.

e sem saberem o português. Já Antonio Vieira no seu Voto sobre as dúvidas dos moradores de São Paulo acerca da administração dos Índios, dizia ser “certo que as famílias dos portugueses e índios de S. Paulo estão tão ligadas hoje umas às outras, que as mulheres e os filhos se criam mística e domesticamente, e a língua que nas ditas famílias se fala é a dos índios, e a portuguesa a vão os meninos aprender à escola”.

Sérgio Buarque de Holanda, em valiosa nota sobre “A Língua Geral em São Paulo”⁴⁰, cita a solicitação feita a S.M. pelo governador Artur de Sá e Menezes para que o provimento de párocos para as igrejas da Repartição do Sul recaísse em religiosos conhecedores da língua geral dos índios, exprimindo que “a maior parte daquela gente se não explica em outro idioma, e principalmente o sexo feminino e todos os servos, e desta falta se experimenta irreparável perda como hoje se vê em São Paulo com o novo vigário que veio provido naquela Igreja, o qual é mister quem o interprete”⁴¹.

Outro exemplo referido por Sérgio Buarque de Holanda é retirado do relatório escrito por volta de 1692, quando o governador do Rio de Janeiro Antonio Pais de Sande (1693-1694) afirma que “os filhos (dos paulistas) primeiros sabem a língua do gentio do que a materna”, isto é, a portuguesa. Cita ainda o caso do inventário de Brás Esteves Leme, para o qual foi necessário que o Juiz de Órfãos precisasse “dar juramento a Álvaro Neto, prático na língua da terra, a fim de poder compreender as declarações de Luzia Esteves, filha do defunto, “por não saber falar bem a língua portuguesa”. Esclarece Sérgio Buarque de Holanda que o Juiz de Órfãos, D. Francisco Rendon de Quebedo, era morador novo em São Paulo e por isso precisava de intérprete para uma língua usual entre a população.

Ajunte-se o caso de Domingos Jorge Velho, um dos maiores bandeirantes, que visitando o Bispo de Pernambuco deu-lhe esta impressão transmitida a El-Rei: “Este homem é um dos maiores selvagens com que tenho topado; quando se avistou comigo trouxe consigo Lingoa, porque nem falar sabe, nem se diferencia do mais bárbaro tapuia, mais que em dizer que é cristão, e não obstante o haver-se casado de pouco, lhe assistem sete concubinas, e daqui se pode inferir, como procede no mais”⁴².

Manuel da Fonseca, na *Vida do Venerável Padre Belchior de Pontes*⁴³, escreve que “nem foi de menos estimação no conceito daquele prelado a notícia, que teve, da muita perícia da língua brasílica⁴⁴. Adiante diz que feito religioso, cuidaram os Superiores de lhe dar ocupação. “Olharam para São Paulo, e julgaram o apto para aquele país, porque o ser maduro nos anos, e perito na língua brasílica, tão necessária naquelas partes, que tanto os naturais, como os portugueses com o comércio do gentio, de que se serviam, a tinham connaturalizado”⁴⁵.

Hércules Florence escreveu no seu Diário da expedição do cônsul da Rússia Barão de Langsdorff “que o Guarani ou a língua geral brasílica falam os Apicacás. Nas missões portuguesas, hoje brasileiras do Rio Grande do Sul, nas do Paraguai, o povo, e sobretudo a raça indígena, usa ainda desse idioma. Em São Paulo, há sessenta anos (portanto 1828-60=1768), as senhoras conversavam nessa língua, que era a da amizade e da intimidade doméstica. Ouvi-a ainda da boca de alguns velhos. No Paraguai é comum a todas as classes, mas como outrora em São Paulo só é empregado em família, pois com estranhos se fala espanhol!”⁴⁶.

Sérgio Buarque de Holanda em trecho notável, pela síntese e precisão, escreveu: “Note-se que essa influência da língua geral no vocabulário, na

prosódia e até nos usos sintáxicos da nossa população rural não deixava de exercer-se ainda quando os indígenas utilizados fossem estranhos à grande família tupi-guarani; o caso dos Borôro e sobretudo dos Pareci, que no São Paulo do século XVIII tiveram papel em tudo comparável ao dos Carijó na era seiscentista, a era por excelência das bandeiras. É que domesticados e catequizados de ordinário na língua geral da costa, não se entendiam com os senhores em outro idioma”.

E logo em seguida escreve que “se é verdade que, sem a presença fortemente acusada do índio, os portugueses não poderiam viver no planalto, com ela não poderiam sobreviver em estado puro. Em outras palavras, teriam de renunciar a muitos dos seus hábitos hereditários, de suas formas de vida e de convívio, de suas técnicas, de suas aspirações, e o que é bem significativo, de sua linguagem. E foi, em realidade, o que aconteceu”⁴⁷.

O tupi no Pará, Maranhão e Amazonas

A expansão e o predomínio da língua geral se desenvolveu sobretudo, como vimos, em São Paulo, e os bandeirantes só falavam a língua geral, e no Amazonas em geral, isto é, Maranhão, Pará e Amazonas. Na costa a língua portuguesa se impôs, mas foi sobretudo em São Paulo e no Amazonas que a língua geral venceu. Uma guerra que durou dois séculos e meio.

Em 1722, El-Rei mandava escrever ao comissário-geral dos Capuchos de Nossa Senhora da Conceição do Maranhão ordenando que os índios fossem instruídos: “Me pareceu recomendar-vos que os Missionários que houverdes de pôr nas Aldeias, que vos estão entregues, sejam muito práticos na língua dos índios que houverem de missionar, como fazem os padres da



Vendedores de capim e leite, desenho de Debret.

Companhia de Jesus porque não sendo capazes na dita língua todo o trabalho que tiverem em os doutrinar será inútil e sem fruto, e que depois de estarem capacitados na verdadeira fê lhes ordeneis ponham todo o cuidado em que os ditos Índios saibam a língua portuguesa, porque assim mais facilmente receberão com mais conhecimento a nossa Religião”⁴⁸.

João Francisco Lisboa acentuou que “em 1755 estava a língua portuguesa de tal modo estragada, ou antes, banida, que em São Luís e Belém só a tupica se falava e até dos mesmos púlpitos”⁴⁹.

Recentemente, a propósito dos artigos de Jaime Cortezão, denominado em geral Introdução à História das Bandeiras⁵⁰, escreveu Artur César

Ferreira Reis, autoridade singular em Amazônia, dizendo ao inesquecível mestre português que “no século XVII como no XVIII, não em Belém, mas na Amazônia, o uso do tupi foi de tamanha amplitude que podemos mesmo afirmar que sem ele era de certo modo impossível viver integrado ao meio social dele auferindo qualquer benefício”.

As línguas africanas

A língua portuguesa teve na geral e na diversidade das línguas faladas pelos índios sua principal inimiga, mas as africanas também tiveram que ser dominadas para a vitória da língua portuguesa.

Foi política colonial portuguesa variar o mais que pudesse a composição da gente africana que trazia para o Brasil. Assim evitavam sua unidade, pela diversidade de língua e os mantinham submissos.

Desde o começo foram os africanos trazidos ao Brasil, pois Cardim fala já em negros da Guiné. Quando ele escreveu sua *Informação da Missão do P. Christovão Gouvêa as Partes do Brasil no Ano de 1583* ou *Narrativa Epistolar de uma Viagem e Missão Jesuítica*⁵¹, já informava que havia três ou quatro mil escravos da Guiné no meio de três mil vizinhos portugueses de oito mil índios cristianizados⁵². Dizia ainda que já havia um padre língua de escravos da Guiné⁵³.



FINDO O TRÁFICO DE ESCRAVOS, AS LÍNGUAS AFRICANAS FALADAS NO BRASIL SOFERAM ALTERAÇÕES.

Em Pernambuco, nos festejos do martírio do Padre Ignácio de Azevedo e seus companheiros, além de uma oração em verso no refeitório, fez um irmão de 14 anos outra em língua de Angola⁵⁴. Ainda em Pernambuco refere-se ao fruto que colhia a missão com um padre língua junto aos escravos da Guiné⁵⁵. Tinha Pernambuco, assim como a Bahia, muita escravaria da Guiné, “que serão perto de dois mil escravos”⁵⁶.

Desde a obra de Varnhagen sabia-se que Portugal trouxe para o Brasil diferentes grupos étnicos, com uma grande variedade de línguas africanas⁵⁷. Vinha gente da Guiné, da Costa da Mina, do Congo, de Angola, de Moçambique, e Varnhagen cita algumas palavras de uso corrente no Brasil, originárias da África⁵⁸.

Escrevendo em 1711, Antonil⁵⁹ revelava que vinham “para o Brasil os Andas, Minas, Congos de S. Tomé, de Angola, de Cabo Verde, e alguns de Moçambique, embarcados nas naus da Índia. Os Andas e os Minas eram robustos. Os do Cabo Verde e S. Tomé eram os mais fracos. Os de Angola criados em Loanda eram mais capazes de aprender ofícios mecânicos que os das outras partes já nomeados. Entre os Congos, havia também alguns bastante industriais e bons, não só para o serviço da cana, mas para as oficinas, e para o meneio da casa. Uns chegavam ao Brasil muito rudes, e muito fechados, e assim continuavam por toda a vida. Outros em poucos anos saíam ladinos e expertos, assim para aprenderem a doutrina cristã, como para buscarem modo de passar a vida, e para se lhes encomendar um barco, para levarem recados, e fazerem qualquer diligência das que costumam ordinariamente ocorrer”.

Luís dos Santos Vilhena, que escreveu sobre o século XVIII, e concluiu sua obra em 1801, na carta terceira procura mostrar, os prejuízos que vêm

ao Estado, tanto da introdução dos negros da África, como da depravada criação que de ordinário se dá aos mulatos e crioulos nascidos no Brasil. Diz apenas que são trazidos de diversos portos da África, trocados por tabaco, açúcar e aguardente. Nada escreve sobre a língua destes diferentes grupos trazidos ao Brasil⁶⁰.

Num livro exemplar sobre o tráfico dos negros entre o golfo de Benin e a Baía de Todos os Santos do século XVII ao XIX, de Pierre Verger⁶¹, mostra-se, só em relação à Bahia, que o tráfico de negros podia ser dividido em quatro períodos: 1) o ciclo da Guiné, durante a segunda metade do século XVI; 2) o ciclo de Angola e do Congo, no século XVIII; 3) o ciclo da Costa de Mina, durante os três primeiros quartos do século XVIII, e 4) o ciclo da baía de Benin, entre 1770 e 1850, nele se incluindo o período do tráfico clandestino. A chegada dos Dahomeanos, ditos Gêgê no Brasil, fez-se durante os dois últimos períodos. A dos Nago-Yoruba correspondeu sobretudo ao último. Somente na Bahia houve maior concentração de negros da Costa da Mina, enquanto ao Rio de Janeiro chegavam africanos de toda parte, embora com predominância de gente de Angola e Congo.

Quem primeiro estudou as línguas e dialetos africanos no Brasil foi Nina Rodrigues, n’*Os Africanos no Brasil*⁶². Depois de lembrar que Sílvio Romero lamentava que no Brasil se houvesse descurado do estudo das línguas africanas faladas pelos escravos, Nina Rodrigues, precursor, escreve que, cessado o tráfico, “as línguas africanas faladas no Brasil sofreram para logo grandes alterações, já com a aprendizagem do português por parte dos escravos, já com a língua africana adotada como língua geral pelos negros aclimados ou ladinos. De fato, ninguém iria supor que falassem a mesma língua todos os escravos pretos. Antes, no número das importadas, na infinita multiplicidade e

matizes dos seus dialetos, elas eram tantas que, num exagero quase desculpável, se poderiam dizer equivalentes, em número ao dos carregamentos de escravos lançados no país. Em tais condições, tornou-se uma necessidade imperiosa para os escravos negros adotar uma língua africana como língua geral, em que todos se entendessem”.

“Destarte ao desembarcar no Brasil, o negro *novo* era obrigado a aprender o português para falar com os senhores brancos, com os mestiços e os negros crioulos e a língua geral para se entender com os parceiros ou companheiros de escravidão.”⁶³

Para Nina Rodrigues, é fácil compreender que para eles esta aprendizagem era mais fácil que o português, de que não tinham mestres, nem era suficiente para ensiná-la o exemplo de parceiros que mal a compreendiam, e barbaramente a estropiavam.

O fato importante é que, tal como a língua geral, criada para falar com vários grupos tupi, houve uma língua geral negra para o entendimento entre os vários grupos africanos. A diferença é que a língua geral indígena foi criada pelos jesuítas, e a língua geral negra foi por eles mesmos criada.

Nina Rodrigues tentou determinar as línguas africanas faladas no Brasil e cita vários estudiosos da lingüística africana com as classificações por eles adotadas. Aceita a distribuição de três grupos, os chamitas (tuareg e fulá), os sudaneses, com doze grupos entre os quais estão os mandinga, ewe ou gêge, o ioruba ou nagô, e os austrais ou bantos. Afirma, então, que muitas das línguas figuradas na lista completa de sua classificação foram faladas no Brasil e entre elas foram adotadas como línguas gerais o nagô ou ioruba na Bahia, e o quimbundo ou conguesa no norte e no sul, ou seja, ainda, uma língua sudanesa e outra banto.



Índios Guaianazes, desenho de Debret.

Relembra que Varnhagen assinalou a importância da língua nagô, falada como língua geral na Bahia, e que tantos escravos aprenderam para entenderem-se uns com os outros⁶⁴.

Acentuou Nina Rodrigues a importância capital da língua nagô a tal ponto que os que coligem vocábulos africanos, sobretudo bantos, têm colocado termos iorubanos ou nagô ao lado dos bantos. Assinalou também a importância e extensão da língua gêge ou êuê ou ewe no Brasil; da língua haussá, falada em grande extensão territorial da África. Tanto o gêge como o haussá possuem vários dialetos, e esta última é geralmente chamada sudanês, embora não seja a língua de todo o Sudão, e sim a mais falada do Sudão; indicou a língua dos bornus, o kanúri, falada por negros bornus da Bahia, a língua tapa, nifê ou nupê, igualmente falada na Bahia, a língua dos negros gurunces, conhecidos na Bahia como negros galinhas. Afirmou que na época em que escreveu seu livro, 1905, o haussá, o kanúri, o tapa e o grúnce ainda eram faladas na Bahia. Tratou das línguas sudanesas faladas na Bahia, os *minas*, em face do grande número de escravos Ashantis e Fantis, então extintos na Bahia, embora se encontrem negros desta procedência, mas que substituíram estas línguas pela língua nagô ou geral.

Nina Rodrigues tratou ainda da existência de negros mandingas e, portanto, do uso da língua mandinga, que é a língua geral da ex-Guiné portuguesa; a língua fulá, do grupo felúpio, que acredita ter sido falada no Maranhão, no Norte do Brasil e na própria Bahia.

Finalmente, tratou das línguas bantos, faladas, com seus muitos dialetos em vasta região da África, incluindo Angola e Moçambique. Houve poucos negros angolas e congos na Bahia, que abandonaram sua língua para falarem o nagô, a língua geral africana da Bahia. Mas no Rio de Janeiro, a grande maioria



PARA IMPOR-SE NA
MULTIDÃO DE LÍNGUAS, O
PORTUGUÊS TEVE DE
USAR TODOS OS RECURSOS.



“Encontro de índios com viajantes europeus”, desenho de João Maurício Rugendas (1802-1858), publicado na “Viagem Pitoresca através do Brasil”.

de escravos negros era banto; daí o predomínio do quimbundo, ambundo e outras línguas, pois existem apenas em Angola dez grandes grupos étnicos. Nina Rodrigues afirmou ser certo que quase todas as línguas bantos foram faladas no Brasil⁶⁵.

Segundo Renato de Mendonça⁶⁶, existem na lingüística africana duas individualidades fortes: línguas banto e não banto, e destas duas surgiu uma infinita variedade de línguas ou dialetos. Renato de Mendonça cita Blaise Cendrars, que na sua *Antologie Negre*⁶⁷ dividiu as línguas africanas em seis grupos, e cada grupo com dezenas de línguas, sendo que o grupo Banto, dominante

na África, teria 168 línguas e 55 dialetos. Por sua vez, as línguas do Sudão e da Guiné compreenderiam dezesseis grupos⁶⁸.

No capítulo sobre os povos negros importados, Renato de Mendonça mostrou a insuficiência dos dados, as denominações confusas, as procedências variadíssimas dos negros brasileiros. Para ele, os negros da Guiné predominaram na Bahia, enquanto os bantos preponderaram no Estado do Rio de Janeiro e em Minas Gerais, as regiões de maiores contingentes negros. Mas os da Guiné ou os bantos possuíam várias línguas e muitos dialetos⁶⁹.

Renato de Mendonça conclui afir-

mando “que foram faladas no Brasil as seguintes línguas: nagô ou ioruba, quimbundo, gêge ou ewe, kanúri ou nipê e gurunces”⁷⁰.

Destas línguas se salientaram duas que foram adotadas pelos negros do país, como línguas gerais: o nagô ou ioruba na Bahia, e o quimbundo no Norte e no Sul. Esta conclusão se baseia em Nina Rodrigues, cuja obra resumimos antes.

Edson Carneiro, que foi um dos melhores especialistas brasileiros nos estudos sobre o negro no Brasil, escreveu uma síntese esplêndida sobre as línguas faladas pelas várias tribos

aqui chegadas. Disse ele que não há estudos dignos de menção especial e que a sugestão de Sílvio Romero referente às línguas africanas não mereceu a mesma atenção dispensada às religiões do negro. Considera o de Nina Rodrigues como o melhor, e deficiente o de Renato Mendonça; diz não saber que adjetivo mereça o de Jacques Raimundo. Acentua que o nagô, o jêje e o quimbundo, nas variantes de Angola e do Congo, ainda são línguas de uso corrente na Bahia, e que o nagô e o jêje estão vivos nos xangôs de Pernambuco e no tambor do Maranhão, e são inúmeros os apelativos e os topônimos quimbundos em todo o país. Pleiteia, então, que se estimule o estudo das línguas africanas faladas no Brasil⁷¹.

Deste modo, à Babel de línguas indígenas a que se referiu Antonio Vieira se une outra Babel de línguas africanas.

Num anúncio saído no *Jornal do Commercio*⁷² em maio de 1830 procurava-se por um escravo fugido “que não fala bem o Português” e era “fulo”.

Em 1836, George Cardner anotou que “repetidas vezes, quando viajava pelo interior, vi bandos de escravos cujo número variava de vinte a cem indivíduos, todos incapazes de dizer uma palavra em português, tangidos para o sertão para serem vendidos ou já comprados por proprietários de plantações”⁷³.

Também Robert Avé-Lallemant, andando pelo interior da Bahia encontrou um grupo de africanos livres postos à disposição do Senador e Ministro Gonçalves Martins (depois Barão e Visconde de São Lourenço) para preparo da empresa do Jequitinhonha. E escreveu que “poucos negros falavam português fluente. Entre si tagarelavam animada e apaixonadamente no seu dialeto nagô, que soa o mais desagradavelmente”⁷⁴.

“O falar seu dialeto pareceu-me circunstância digna de nota, embora o feitor, homem muito indeciso, fosse de opinião contrária, não tendo, porém,

pensado nisso. Mas eu certamente acho que esses grupos de negros, com uma língua estranha, quando não têm nenhuma direção e não encontram, no mundo civilizado que os cerca, exemplo para imitar, podem abusar facilmente de sua força bruta, de que têm inteira consciência. Essas criaturas selvagens, apaixonadas, só precisam dum chefe resoluto e dalguns debates apenas na sua língua africana nativa para desencadear um golpe precipitado”. Não se surpreenderia, acrescentava, se eles se rebelassem e fundassem um quilombo, uma sociedade de negros rebeldes, como existiram muitas outras⁷⁵.

E R. F. Burton escreveu que os escravos negros de Morro Velho falavam o luso-hamítico⁷⁶.

A reação do português. A legislação pombalina

Diante desta multidão de línguas indígenas e africanas, o português para impor-se devia usar de todos os recursos e não deixou de usá-los. Assim é que em 1727 D. João V fazia saber ao governador do Estado do Maranhão, João da Maia da Gama (1722-1728), que encarregava os prelados das religiões de porem o maior cuidado em que os índios que são da administração das suas Religiões sejam bem instruídos na língua portuguesa, pelo grande benefício que disso pode resultar⁷⁷.

A determinação real não parece ter trazido resultados, e, ao contrário, parece ter sido inoperante. Realmente, os jesuítas dominavam as relações com os indígenas e eram os que melhor conheciam a língua tupi, por eles reduzida à língua geral. Nem todas as outras ordens religiosas, nem os colonos recém-chegados conheciam tão bem a língua para conversar e relacionar-se com os índios. O resultado foi que a barreira lingüística fortaleceu o domínio dos jesuítas sobre os índios e

daqueles que se opunham à imposição da língua portuguesa, agora determinada num momento antijesuítico, que marca o começo de um antagonismo de sérias conseqüências.

Na “Representação dos Moradores do Estado do Maranhão”, de 12 de abril de 1729,⁷⁸ contra os jesuítas, escreve-se que “esquecendo-se (os missionários) do aumento espiritual dos índios das missões, de sorte que devendo ensinar-lhes a língua portuguesa e alguns a ler para perceberem com clareza a doutrina evangélica e se fazerem mais tratáveis e melhor vassalos de Vossa Majestade, os conservam só com a língua a que chamam geral naquele Estado, que difere muito pouco da bruta linguagem com que saem dos sertões, no que os imitam também os moradores, que não podem obrigá-los a aprender a língua portuguesa, sem especial ordem de V. M., porque sem elas fugirão para as missões, donde os missionários os conservam sem querer restringi-los a seus amos”. Pleiteavam, por fim, que S.M. mandasse que os missionários ensinassem aos índios das missões a língua portuguesa, como também aos moradores, aos que têm (índios) livres e escravos”.

Deste modo, quando a Lei do Diretório, de 3 de maio de 1757,⁷⁹ que estabelecia novas relações com os índios, para promover-lhes a emancipação e melhorar-lhes as condições, foi promulgada tinha como um dos seus principais objetivos vulgarizar a língua portuguesa.

Foi este Diretório, que se devia observar nas povoações dos índios do Pará e Maranhão, que impôs a língua portuguesa como língua oficial nesta vasta região, que soma um terço do atual território brasileiro. A lei do Diretório estipulava: “E sendo evidente, que as paternas providências do Nosso Augusto Soberano, se dirigem unicamente a cristianizar, e civilizar estes até



O CÓDIGO DO MARQUÊS DE POMBAL CONSEGUIU MUDAR A LÍNGUA DO PARÁ, SÃO PAULO E MARANHÃO.

agora infelizes, e miseráveis Povos, para que saindo da ignorância, e rusticidade, a que se acham reduzidos, possam ser úteis a si, aos moradores e ao Estado: Estes dois virtuosos, e importantes fins, que sempre foi *(sic)* a heróica empresa do incomparável zelo dos nossos Católicos, e Fidelísimos Monarcas, serão o principal objeto da reflexão e cuidados dos Diretores”.

“Enquanto porém à civilidade dos índios, a que se reduz a principal obrigação dos Diretores, por ser própria do seu ministério, empregarão estes um especialíssimo cuidado em lhes persuadir todos aqueles meios, que possam ser conducentes a tão útil e interessante fim, quais são os que vou a referir.”⁸¹

“Sempre foi máxima inalteravelmente praticada em todas as Nações, que conquistaram novos Domínios, *introduzir logo nos povos conquistados o seu próprio idioma*, por ser indisputável, que este é um dos meios mais eficazes para desterrar dos Povos rústicos a barbaridade dos seus antigos costumes; e ter mostrado a experiência, que ao mesmo passo, que se introduz neles o uso da Língua do Príncipe, que os conquistou, se lhes radica também o afeto, a veneração e a obediência ao mesmo Príncipe. Observando pois todas as nações polidas do Mundo este prudente, e sólido sistema, nesta conquista se praticou tanto pelo contrário; que só cuidaram os primeiros conquistadores estabelecer nela o uso da língua, que chamaram geral; invenção verdadeiramente abominável e diabólica, para que privados os Índios de todos aqueles meios, que os podem civilizar, permanecessem na rústica, e bárbara sujeição, em que até agora se conservam. Para desterrar este perniciosíssimo abuso, *será um dos principais cuidados dos Diretores estabelecer nas suas respectivas povoações o uso da língua portuguesa, não consentindo por modo algum, que Meninos, Meninas, que pertencerem às Escolas, e todos aqueles Índios, que forem capazes de instrução nesta matéria,*

usem língua própria das suas Nações. ou da chamada geral; mas unicamente da Portuguesa, na forma em que S.M. tem recomendado em repetidas ordens, que até agora se não observaram com total ruína espiritual e temporal do Estado”⁸².

No artigo 7º se afirma que esta determinação é a base fundamental da civilidade que se pretende, ordenando o estabelecimento em todas as povoações de escolas públicas, uma para Meninos e outra para Meninas, dispondo, a seguir, sobre a subsistência das escolas, a escolha dos Mestres e Mestras, e de seus ordenados suficientes, “pagos pelos pais dos mesmos índios ou pelas pessoas, em cujo poder eles viverem, concorrendo cada um deles com a porção, que se lhes arbitrar, ou em dinheiro, ou em efeitos”⁸³.

O Diretório estabelecia outros princípios morais e econômicos que fogem a este estudo. Mas convém lembrar que se proibia chamarem-nos de negros, “querendo talvez com a infâmia e vileza deste nome persuadir-lhes, que a natureza os tinha destinado para escravos dos Brancos, como regularmente se imagina a respeito dos Pretos da Costa da África; mandava que nos empregos honoríficos não houvesse preferência pelos brancos, mas tivessem os índios acesso a eles; garantia-lhes a propriedade de suas terras, mandava extinguir “totalmente a odiosa e abominável distinção” entre brancos e índios, e facilitar e promover os matrimônios entre Brancos e Índios; para facilitar os matrimônios deveriam os Diretores persuadir todas as pessoas brancas que os índios não são de inferior qualidade, tanto que S.M. os habilitava a todas aquelas honras competentes às graduações dos seus postos, “conseqüentemente ficam logrando os mesmos privilégios as pessoas que casarem com os ditos índios”⁸⁴.

Convém não esquecer que pelo Alvará de Lei de 4 de abril de 1755, S.M.

declarava que seus vassallos do Reino e da América que se casassem com as índias “não ficam com infâmia alguma, antes se farão dignos de Minha Real Atenção, e que nas terras em que se estabelecerem serão preferidos para aqueles lugares, e ocupações, que couberem na graduação de suas pessoas, e que seus filhos, e descendentes serão hábeis e capazes de qualquer emprego, honra ou Dignidade”⁸⁵.

Aos 17 de agosto de 1759 El-Rei renovava a lei do Diretório com um Alvará de confirmação para todo o Brasil, datando daí o uso obrigatório da língua portuguesa, com todo o seu poder unificador e, conseqüentemente o abandono progressivo da língua geral, que já em 1768 “se restringia (em São Paulo) às comunidades rurais do interior profundo”⁸⁶.

Já em 1º de maio de 1759 registra-se no Recife a “Direção com que interinamente se devem regular os índios das Novas Vilas e lugares erectos nas aldeias da Capitania de Pernambuco e suas aldeias”⁸⁷, na qual, no § 7º se determinava que “para desterrar este pernicioso abuso, (e uso da língua geral) será um dos principais cuidados dos diretores estabelecer nas suas respectivas vilas ou lugares o uso da língua portuguesa, não consentindo de modo algum, que os meninos e meninas, que pertencerem às escolas e todos aqueles índios, que forem capaz de instrução nesta matéria, usem da língua própria das suas nações, ou da chamada geral, mas unicamente da portuguesa, na forma que S.M. tem recomendado em repetidas ordens, que até agora se não observaram com total ruína espiritual e temporal do estado”.

Este código ampliado em todo o Brasil foi, sem dúvida, um dos mais notáveis atos administrativos do Marquês de Pombal. Por ele se conseguiu mudar a língua do Amazonas, Pará, Maranhão, São Paulo, onde era vulgar o tupi ou a língua geral, e também em



Rua Direita, no Rio de Janeiro, desenho de Rugendas.

outras capitanias, como vimos na de Pernambuco. Esforçavam-se os missionários em fazer cumprir uma lei que coincidia com as suas próprias conveniências.

No Rio de Janeiro a ordem para a execução do Diretório e, conseqüentemente da imposição da língua portuguesa, alcançou Gomes Freire de Andrade, o conde de Bobadela, em 1758,⁸⁸ quando seu governo compreendia a maior parte do Brasil, isto é, Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, Goiás, Mato Grosso, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Colônia do Sacramento.

Francisco Xavier de Mendonça Furtado e M. João Gomes de Araujo, em carta de 18 de março de 1767 ao Conde da Cunha, D. Antonio Álvares da Cunha, Vice-Rei do Brasil (1763-

1767), sobre o que se deve praticar com os índios e ilhéus, que, por se não terem observado as leis de S.M., se acham dispersos no território de Viamão, diziam que “dos velhos pouco havia que esperar e o que tem produzido as tais escolas é o acharem-se hoje naquelas povoações familiar a língua portuguesa”⁸⁹.

Abolida pela Carta-Régia de 15 de janeiro de 1774 a diferença entre naturais e reinóis, e estabelecido pelo Alvará de 4 de abril de 1755 como se casavam índios com reinícolas, confirmado pelo Alvará de 8 de maio de 1758 que os índios eram senhores de sua liberdade e bens em tudo e por tudo, como os do Maranhão, criavam-se as condições para a vitória da língua.

O Alvará de 30 de setembro de 1770 declarava que a correção das línguas nacionais é um dos objetos mais atendíveis para a cultura dos povos civilizados. O método de a saber por princípios, e não por mero instinto e hábito, é o meio de a levar ao maior gosto e perfeição; e da correlação dela depende a clareza, a energia, e a majestade, com que se devem estabelecer as leis, e fazer úteis e agradáveis os escritos. O seu uso nos povos conquistados civiliza-os, e cria amor aos Príncipes, que lha deram.

Este Alvará faz-nos lembrar as palavras de Brandônio nos *Diálogos das Grandezas do Brasil*⁹⁰, escritos em 1618: “Haveis de saber que o Brasil é praça do mundo, se não agravo algum reino ou cidade em lhe darmos tal nome; e



EM PAÍSES HISPANO-AMERICANOS AS LÍNGUAS NATIVAS AINDA CONCORREM COM O CASTELHANO.

juntamente academia pública onde se aprende com muita facilidade toda a polícia, bom modo de falar, honrados termos de cortesia, saber bem negociar e outros atributos desta qualidade”.

E mais adiante, respondendo a Alviano, que achara a todos mui bem falantes, dizia Brandônio: “Assim é; porque já vos disse que o Brasil era academia aonde se aprendia o bom falar”⁹¹.

Apesar dos louvores de Brandônio nos *Diálogos* citados, a verdade é que ainda em dezembro de 1803 o ouvidor interino da Comarca de Porto Seguro, Francisco Dantas Barbosa, em ofício ao Governador da Bahia, escrevia-lhe: “Os índios da nação Menhãs somente mostram terem progressos na pronúncia da língua portuguesa e no mais se conservam como bárbaros”⁹².

Houve, naturalmente, quem objetasse contra a lei do Diretório, especialmente contra a imposição oficial da língua portuguesa. O Dr. Antonio José Pestana da Silva alegava que se era necessário o uso da língua própria para se civilizarem os povos, não se podia absolutamente desterrar o uso da língua do país, quando por meio dela devem ser instruídos e catequizados os novamente convertidos, pois só a língua vulgar tem forças para o conhecimento da verdade e dos mistérios da nossa religião, como recomendava o Concílio de Trento e a prática dos primeiros apóstolos. Para ele, um ou outro idioma devia ser usado, conforme a capacidade e inteligência dos ouvintes. Depois de criticar a lei do Diretório, recomendava, ao contrário, que houvesse todos os dias conferências e práticas na língua geral dos índios⁹³.

Nada disso valeu. E quando o Diretório foi abolido pela Carta Régia de 12 de maio de 1798, sob a recomendação do governador do Pará, D. Francisco Maurício de Sousa Coutinho, a

língua portuguesa não era mais imposta, tinha se expandido e sido adotada nas regiões tipicamente tupi do Brasil. Naturalmente, na Amazônia ela continuou persistindo mais tempo como língua falada por grandes grupos, como asseverava ainda em 1852 Lourenço da Silva Araújo e Amazonas, nestes termos: Língua geral: Língua tupica, assim designada não só na comarca como em toda a Província do Pará e mesmo em todo o Brasil. Fala-a toda a nação indígena, que se relaciona nas povoações. Nas cidades fala-se da porta da sala para dentro; e nas vilas e demais povoações, excetuada Pauxis no Baixo Amazonas, é a única, não por se ignorar a portuguesa, mas porque, constrangidos os indivíduos, os Mamelucos, em falá-la pela dificuldade de formarem-se os tempos dos verbos, do que as dispensa a geral, respondem por esta se lhes pergunta por aquela⁹⁴.

O fato é que parece pouco provável que sem as providências das leis de Pombal se integrassem à colônia grandes populações e os territórios por elas habitados.

A vitória da língua portuguesa

George Friderici, no seu magnífico estudo sobre *Caráter da Descoberta e Conquista da América pelos Europeus*,⁹⁵ resume o problema da língua desta forma: “Embora o idioma espanhol tenha tomado emprestado considerável número de palavras a diversos dialetos silvícolas, nenhuma língua indígena, em qualquer época ou qualquer colônia espanhola, chegou a superar o castelhano como falar corrente”.

Esta afirmação é equívoca e imprecisa, já que até hoje em vários países hispano-americanos, as línguas nativas concorrem com o castelhano, sendo usadas por partes consideráveis da população, como é o caso do Paraguai, que é bilíngüe, a Bolívia, com a popula-

ção indígena maior que a branca espanhola, o Equador, com 40 a 45% de população de línguas indígenas, a Guatemala, com um terço da população indígena, o México, com significativa porção indígena, o Peru, com um terço indígena.

A Argentina, o Canadá, a Colômbia, a Costa Rica, o Chile, El Salvador, Estados Unidos, as Guianas, Honduras, Nicarágua, Panamá e Venezuela têm pequenas populações indígenas, como o Brasil, com línguas próprias e variadas.

Friderici afirma ainda que no Brasil deu-se coisa bem diversa, onde, no primeiro século da colonização, quando os índios eram muito numerosos na região costeira e muitos colonos ali viviam com suas mulheres indígenas nas sesmarias, falava-se tanto tupi como português. Já vimos que houve predominância indígena e sabemos que os colonos e as índias não viviam em sesmarias, que eram grandes doações de terras dadas normalmente à pequena nobreza portuguesa ou a colonos que, por proteção oficial ou amistosa e, em casos raros, por grandes serviços conseguiam essas grandes extensões de terra, privilégio iniciado durante o regime das capitâncias hereditárias, e que é a causa da má distribuição de terras no Brasil.

Acrescenta, a seguir, que “no século XVII, conta Vieira que os velhos se lembram da época em que a língua portuguesa não era falada mais do que a tupi. O governador Salvador Correia de Sá (e Benevides), em 1660 falava correntemente o tupi e era por isso muito estimado pelos índios”. Adiante acentua que ainda por volta de 1694, toda a população de São Paulo falava o tupi em família, o mesmo se dando no Paraná (que só existiu, como tal, em 1853), e mais para o Sul, até o Rio Grande e imediações do rio Paraguai. Diz ainda que no começo do século XVIII, três quartas partes da população do Brasil ainda falava o idioma tupi, que se tornara língua geral; apenas uma quarta

parte falava o português. Tudo aquilo que vimos tratando, à vista dos documentos, é sumariado por Frederici.

Recapitula que “no tempo das grandes expedições dos desbravadores, quase todos os sertanistas, caçadores de escravos e garimpeiros falavam a língua geral, que naquele tempo dominava o país, e davam nomes tupi aos lugares que iam descobrindo. Ele não citou, mas cabe bem lembrar o grande estudo de Teodoro Sampaio sobre *O Tupi na Geografia Nacional*,⁹⁶ afora este, o de Alfredo de Carvalho, *O Tupi na Corografia Pernambuco*,⁹⁷ e o de Mário Melo, *Toponímia Pernambucana*⁹⁸.

Friderici afirma, como acentuamos, que a língua geral era o idioma das bandeiras. A estas, aos sertanistas e mamelucos que as compunham deve o Brasil a maior parte da sua atual nomenclatura geográfica do interior, e, devemos acrescentar, também a da costa. Nas Províncias do Norte, Maranhão e Pará, a língua portuguesa só começou a ser mais falada em 1755; até então, todos ali só falavam o tupi, inclusive os padres nas igrejas.

Assim, continua Friderici, durante três séculos a língua portuguesa e o tupi, ou língua geral, existiram lado a lado, nas Capitânicas do sertão brasileiro, influenciando-se reciprocamente, fundindo-se e cruzando-se.

O tupi era a língua doméstica, familiar e corrente dos colonos, e o português, a língua oficial, que as crianças, mamelucos e também filhos de índios aprendiam nas escolas mas não falavam em casa.

Assim explicou Friderici quando a realidade foi muito mais complexa, pois há que reconhecer as várias línguas indígenas e, igualmente, a língua geral africana e as várias línguas faladas pelos negros no Brasil.

A vitória da língua portuguesa se deu na segunda metade do século dezoito.

No começo do século dezenove, como escrevi sobre a fala no volume *Economia e Sociedade*, do meu livro *Independência: Revolução e Contra-Revolução*,⁹⁹ a língua falada no Brasil era ou ainda muito lusitanizada nos meios brancos das grandes cidades costeiras, ou ainda sofria as deficiências da aprendizagem oral que negros e índios revelavam. Isso quer dizer ou a submissão total à fala portuguesa, ou o caçonge dos negros e as mestiçagens lingüísticas das línguas gerais índia e negra.

Numa sociedade dividida em castas, em raças, classes, mesmo quando é evidente o processo de unificação da língua, especialmente num continente como o Brasil, onde durante três séculos combateram várias línguas indígenas e negras contra uma branca, não havia nem paz cultural, nem paz lingüística.

Havia, sim, um permanente estado de guerra, e qualquer que seja o nome que se dê à secessão das línguas, vulgaridade, estupidez, tédio, o resultado é sempre a separação de um homem do outro, mas também a divisão em si mesma de cada ser.

Omisterioso ou estranho é que a história não tenha sido rompida e que ao final estejamos todos unidos pela língua e pela história.

Mas nem por isso podemos deixar de pensar que esse processo não foi bélico, não foi uma expiação lingüística, que levou séculos de amadurecimento, que unia hoje e via amanhã a paz rompida, pela entrada de novos colonos, de novos escravos africanos, pelo amansamento e submissão de tantos índios.

O processo cultural que impôs uma língua vitoriosa sobre as outras não foi assim tão pacífico, nem tão fácil. Custou esforços inauditos, custou sangue de rebelados, custou suicídios, custou vidas.

São Paulo e o Amazonas que falaram mais tupi, a língua geral, já imposta

pela branco, que o português, ainda além do meado do século dezoito, durante o processo da independência, estavam ainda disputando com a geral a fala que se tornaria nacional.

A questão era grave, a ameaça pairou mais de dois séculos e meio. Povos que não se entendiam, ou se entendiam mal e buscavam na gesticulação o complemento à pobreza da frase. Tal como Caminha descreveu no primeiro encontro entre brancos portugueses e índios.

Era ainda uma privação, uma aflição, uma angústia permanente que escravos negros chegados cada vez em maiores proporções revelavam na separação das línguas e na expectativa do esforço que representaria falar, exprimir-se, revelar-se. Era isso que acontecia: uma ruptura transitória, que devia ser transposta para permitir a adaptação indispensável ao processo de comunicação social.

Alguns africanos aprendiam rápido, outros sofriam penosos processos de adestramento.

Todos os colocados em baixo, índios e negros, tinham que aprender a língua portuguesa para sobreviver. O vitorioso tinha superioridade total das armas militares, políticas, econômicas. Não se tratava de discutir o valor ou a excelência da cultura e da língua branca ocidental, que era imposta, mas de se ver degradado a romper com seus laços de continuidade cultural.

A variedade tribal índia ou negra facilitou a obra portuguesa, que preferiu, por medida de segurança, importar grupos dialetais diferentes, que não se entendiam e deviam se esforçar para buscar na fala portuguesa o meio de revelar suas necessidades pessoais e sociais.

Ovijante alemão C. Schlichthorst, que viveu no Brasil entre 1824-1826, logo após a independência¹⁰⁰,



A CONQUISTA DA UNIDADE LINGÜÍSTICA NÃO FOI OBRA DA EDUCAÇÃO, MAS DO ESFORÇO DO POVO.

escreveu que havia uma Babel de línguas nos armazéns e depósitos de escravos do Rio de Janeiro. “Vi muitas vezes ser necessário o emprego de dez e mais intérpretes para interrogar um negro sobre os sintomas de sua doença. Dizem que a língua dos caçanges, dialeto crioulo do português falado em Angola, é a mais fácil de todas, de modo que a maioria dos mercadores e capitães de navios que freqüentam a África a entendem. Daí o chamar-se caçange ao português mal falado ou mal escrito”. Mas os negros, acrescentava o oficial alemão, “aprendem o português com grande facilidade. Em três meses podem, em geral, se fazerem entender mais ou menos”¹⁰¹.

Schlichthort observou que “se um negro novo aprende qualquer língua que é obrigado a falar, no curto período de três a quatro meses, sem método e geralmente também sem pancada, um alemão, a quem não é geralmente estranho este ou aquele idioma latino, precisará de mais tempo para manejar o português, que se não distingue pela riqueza ou dificuldade da construção e da prosódia. (...) Quando se sabe latim ou mesmo somente o francês, com pouca prática a gente se faz entender por qualquer português”¹⁰².

Maria Graham, que esteve no Brasil entre 1821 e 1823, escreveu que um negro que contratara, um jovem filho de um rei da África, gostava muito de entretê-la contando-lhe histórias de sua terra. “Lamento muito que seu conhecimento muito imperfeito do português e a minha ignorância total das línguas africanas me impedissem de obter mais informações deste inteligentíssimo rapaz.”¹⁰³

O espantoso no Brasil é que a conquista da unidade lingüística não é obra da educação, mas do esforço do povo, sem nenhuma ajuda oficial. Alexander Caldcleugh¹⁰⁴ escreveu não ser mais um crime que os negros conversassem em suas próprias línguas. E Carl Seidler, oficial alemão que esteve a

serviço militar na época de D. Pedro I, escreveu que os donos dos escravos, logo que os compravam nada tinham a fazer senão se preocuparem com “que aprendam a língua portuguesa, o que de regra conseguem depressa”¹⁰⁵.

Assim, ainda no reinado de D. Pedro I, feita a Independência, os escravos negros tinham que aprender a língua portuguesa para servirem aos seus donos. O mesmo se poderia dizer dos índios. Talvez pior, bem pior, porque sua resistência foi maior e impuseram, para serem vencidos, uma imensa sangueira, tal como aconteceu a alguns grupos negros.

Não quiseram aprender nada, e somente os aldeados e os caboclos aprenderam a língua geral e depois um pouco de português. Muitos grupos viveram sem nenhuma língua de comunicação; outros, que entraram em contato com os dominadores, falavam muito mal a língua portuguesa, embora as mulheres não a falassem; outros, ainda, apenas a entendiam.

Não eram comuns os casos de índios que entendessem e falassem português, bem como era muito difícil o domínio de tão variado e numeroso grupo de línguas e dialetos falados pelos índios.

Como a legislação sobre o índio, desde a queda de Pombal até a queda de D. Pedro I, era progressivamente antiindigenista, após a Independência a imposição e a agressão se intensificaram¹⁰⁶.

Maria Graham, quando visitou os Botocudos, em setembro de 1823, notou que eles haviam aprendido umas poucas palavras portuguesas, “mas que falavam entro si na língua nativa, que parecia uma série de sons meio articulados”¹⁰⁷.

Deste modo, a guerra contra os índios e a disciplina e crueza da submissão e rebeldia negra, que ainda mancha o solo brasileiro no próprio século dezanove, era igualmente uma guerra

lingüística e cultural, que promovia um desentendimento total, uma fragmentação de culturas e línguas. Tanto mais quando se considera que o português do Brasil e o de Portugal já estavam fragmentados em formas desiguais.

A Independência estabelecia um princípio de autonomia literária, e a língua portuguesa de Portugal estava envelhecida, incapaz de atender aos reclamos sociais das formas de vida brasileira. Isto foi muito bem observado pelo viajantes, que se esforçaram por aprender o português e souberam sentir as divergências, e até mesmo as diferenças regionais.

“O português falado pelos brasileiros”, observou Caldcleugh, “distingue-se facilmente do português de Portugal. O modo de falar é muito mais vagaroso, uma particularidade que se nota em todas as colônias, e pode somente ser atribuído ao clima, ao privar seus habitantes da atividade de espírito, da qual não há deficiência na Europa, produzindo de fato considerável lassidão. A pronúncia brasileira não é tão nasal, nem tão judaica no som do s, e no conjunto é uma língua muito mais agradável que na boca do nativo português”¹⁰⁸.

Saint-Hilaire notou que nos homens de Minas Gerais a pronúncia portuguesa tomava uma doçura que não existia na dos portugueses da Europa; mas em Jacareí (São Paulo) esta doçura tornava-se já moleza; as inflexões eram pouco variadas, e tinham qualquer coisa que lembrava a língua dos índios¹⁰⁹.

Ao viajar por São Paulo, ele escreveu: “Diante de tudo o que acabo de expor, não deve causar admiração o fato dos habitantes do interior da província de São Paulo falarem e pronunciarem muito incorretamente o português, ao passo que os do interior de Minas Gerais, ao menos na parte oriental dessa província, falam, em geral, com correção, e têm uma pronúncia que só difere da dos portugueses da



Venda no Recife, desenho de Rugendas.

Europa em ser mais melodiosa e suave. Os paulistas do interior, em vez de vossemecê, abreviação de vossa mercê, pela qual é designada a segunda pessoa, dizem mecê; sua pronúncia é áspera e arrastada”.

Em Curitiba não observou que os habitantes da região não pronunciavam

o português com as alterações que notara nos caipiras¹¹⁰.

Cunha Matos, português que vivera na África, anotou: “A pronúncia da gente de Goiás é mui doce, não obstante serem descendentes de paulistas não têm aquela aspereza cultural que se notava nos de São Paulo, nem a afetação

feminil de muita gente de províncias mais iluminadas”¹¹¹.

Se não esquecermos a tupinização secular de São Paulo e seu atraso na fase da Independência, não é estranha a observação de Cunha Matos.

Uma pesquisa nesse sentido, a evolução gradual e as causas da diferen-



A LÍNGUA SE FORMOU NUMA COMPETIÇÃO DESIGUAL COM LÍNGUAS INDÍGENAS E NEGRAS.

ça de fala, tem que levar em conta os fatores históricos, as origens dos grupos iniciais, primitivos e adventícios. E partir desse princípio, que não houve nunca uma paz cultural, mas uma guerra de expiação entre as línguas, as muitas, as diversas indígenas e negras, e a portuguesa. E esta sofria a fragmentação das diferentes falas que falavam os diferentes grupos sociais, uma língua que se tinha como modelo, uma que falava exprimindo experiências e necessidades sociais variadas, uma outra acabada de aprender, enfim, um campo de experiência diária, que se não era patológica, era inusitada. O próprio Manuel Antonio de Almeida oferece exemplos de

dialogação que não era a língua portuguesa falada trinta anos depois da Independência, mas tentando reconstituir sua imagem¹¹².

Ele mesmo sente a fragmentação, a divisão lingüística, e ao se referir a um patusco que era o tipo perfeito do capadócio, escreve que “falava língua de negro”. Afora o evidente preconceito, a caracterização revela que os negros falavam mal, porque em sua maioria estavam aprendendo a língua.

A vitória real e verdadeira veio quando os representantes de várias províncias brasileiras falaram uns com

os outros na Assembléia Constituinte de 1823, notando as diferenças de prosódia, mas a igualdade da língua que todos falavam.

Escrevi em meu livro *A Assembléia Constituinte de 1823*¹¹³ que “era a primeira vez que brasileiros de toda parte falavam sua própria língua uns aos outros em assembléia pública. Uns poucos deviam ter notado as diferenças de prosódia. A língua se formara numa competição desigual com línguas indígenas e negras e variações prosódicas oriundas dos diferentes grupos do português falado em regiões diversas. A vitória do português não dependeu de fatores lingüísticos, mas históricos, e

NOTAS

1. *A Carta de Pero Vaz de Caminha*, ed. Jaime Cortezão, Rio de Janeiro, 1943, pp. 202, 216-217, 220, 238.
2. Ed. do Anuario do Brasil, Rio de Janeiro, 1912, 124-125.
3. Ed. Eugenio de Castro, Prefácio de Capistrano de Abreu, Rio de Janeiro, 1940, p. 210.
4. Academia Brasileira de Letras, Rio de Janeiro, 1931, p. 73.
5. Ob. cit., p. 92-93.
6. Ob. cit., 105.
7. Ob. cit., 141.
8. Ob. cit., 145.
9. Coimbra, 1595, várias edições e traduções; nova edição fac-similar pela Universidade da Bahia, Salvador, 1980.
10. Exhortação I em vespóra do Espírito Santo, na Capella interior do Colegio da Bahia, 1688, in *Sermoens do P. Antonio Vieira*, Lisboa, 1690, 514-534.
11. *Cartas, Informações*, ob. cit., 64.
12. Ob. cit., 329.
13. Ob. cit., 404.
14. Ob. cit., 478.
15. *Cartas Avulsas, 1550-1568*, Academia Brasileira de Letras, Rio de Janeiro, 1931, p. 253.
16. Ob. cit., p. 270.
17. “Do Princípio e Origem dos Indios do Brasil e de seus Costumes, adoração e cerimoniais”, in *Tratado da Terra e da Gente do Brasil*, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1939, pp. 170-181.
18. Ob. cit., 180-181.
19. *Tratado da Terra e Gente do Brasil*, Brasiliana, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1939, 247-326.
20. Ob. cit., 272.
21. Ob. cit., 278-279.
22. 3ª ed., Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1938.
23. Ob. cit., 23-24, 33-36, 58.
24. Ob. cit., 71, 83-84.
25. Ob. cit., 102.
26. Ob. cit., 110-111.
27. Ob. cit., 364-365.
28. Academia Brasileira de Letras, Rio de Janeiro, 1930.
29. Ob. cit., 266.
30. Ob. cit., 289.
31. Padre Antonio Vieira, *Sermões Pregados no Brasil*. Vide “Sermão do Espírito Santo”, pregado em São Luís. Edição Hernani Cidade, Lisboa, 1940, vol. 3, p. 320.
32. Ob. cit., 331.
33. Ob. cit., 332.
34. Ob. cit., 333.
35. Ob. cit., 378.
36. “Exortação Primeira em Vespóra do Espírito Santo pregado na Capella interior do Colegio em 1688”, ob. cit., 423-26.
37. Sermão cit., ob. cit., 426-428.
38. Carta da Bahia, de 19 de julho de 1693, in *Documentos Históricos*, 1692-1712, vol. 34, Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, 1936, 84-86.
39. “Carta para o sargento-mor do Rio das Caravelas sobre o assalto do gentio barbaro, e interprete, que procura para o aprisionado de 22 de julho de 1717”, in *Documentos Históricos*, 1716-1720, ob. cit., vol. 43, 66-67.
40. Bahia, 12 de junho de 1694. *Obras Várias* (1856, 239-251).
41. *Raízes do Brasil*, 2ª ed. rev. e ampliada, José Olympio, Rio de Janeiro, 1948, pp. 179-193.
42. Documento nº 57, “Consulta da Junta das Missões, de 29 de outubro de 1697, sobre as Cartas do Bispo e Governador de Pernambuco”, in Ernesto Ennes, *As Guerras dos Palmares*, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1938, 352-353.
43. Lisboa, 1752, reed. Companhia Melhoramentos, s. d.
44. Ob. cit., 25.
45. Ob. cit., 27.
46. Hercules Florence, *Viagem Fluvial do Tietê ao Amazonas, de 1825 a 1829*. Edições Melhoramentos, s.d., 174.
47. Ob. cit., 189, 191.
48. “Livro Grosso do Maranhão”, *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, vol. 67, 190-191.
49. *Obras*, Lisboa, 1902, 223.
50. “Família Luso-Tupi”, *A Manhã*, 18 de junho de 1948.
51. In *Tratados da Terra e Gente do Brasil*, 2ª ed., Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1939.
52. Ob. cit., 255.
53. Ob. cit., 282.
54. Ob. cit., 289.
55. Ob. cit., 292.
56. Ob. cit., 294.
57. F.A. Varnhagen, *História Geral do Brasil*, 3ª ed., São Paulo, Melhoramentos, s.d., 281.
58. Ob. cit., 282.
59. Antonil, *Cultura e Opulência do Brasil por suas drogas e minas*, Lisboa, 1711; ed. fac-similar, Pernambuco, nota de J.A.G. de Melo Neto, 1969, pp. 22-23.
60. *Cartas de Vilhena. Notícia Sótero-Politana e Brasília*. Bahia, 1922, 1ª vol. Edson Carneiro preparou outra edição, Bahia, 1969, 3 vols.
61. *Flux et Reflux de la traite de Nègres entre le Golfe de*

desde então as variedades são regionais e de classes sociais. Uma linguagem padrão se formou devido a causas históricas e passou a gozar de um prestígio excepcional.

Foi Carvalho e Melo quem observou primeiro, ao discutir o local da Universidade, que na Corte havia mais polidez de linguagem¹¹⁴.

Depois foi Silva Lisboa quem apontou, segundo disse, “uma razão muito poderosa... para a preferência da Universidade nesta Corte, e é para que se conserve a pureza e pronúncia da língua portuguesa ... Sempre, em todas as nações, se falou melhor o idioma nacional nas cortes. Nas províncias há

dialetos, com seus particulares defeitos; o Brasil os tem em cada uma, que é quase impossível subjugar, ainda pelos mais doutos. É reconhecido que o dialeto de São Paulo é o mais notável. A mocidade do Brasil, fazendo aí os seus estudos, contrairia pronúncia mui desagradável”. Visava Silva Lisboa não somente à defesa do idioma, como à formação oratória, ao lembrar que “Demóstenes, sendo perguntado qual era a primeira prenda do orador, respondeu: a pronúncia; a segunda, a pronúncia; a terceira, a pronúncia”¹¹⁵.

Se os dois reconheciam ser o Rio de Janeiro o lugar onde a língua era mais polida e mais bem pronunciada,

na discussão final, defendendo o deputado mineiro Teixeira Gouveia a localização em Minas, de preferência a São Paulo, argumentou ser “geralmente reconhecido que assim como na província de Minas Gerais é mais apurado o dialeto, assim também em São Paulo é onde o há menos correto”. O mineiro combatia a localização no Rio de Janeiro e queria que fosse Minas escolhida em lugar de São Paulo¹¹⁶.

Carvalho e Melo e Silva Lisboa afirmavam, com intuição, uma verdade que veio a ser confirmada por dois Congressos Nacionais de Língua Cantada, de ser a do Rio de Janeiro a pronúncia padrão do Brasil¹¹⁷.

Bénin et Bahia de Todos os Santos du XVII^e siècle au XIX^e siècle. Mouton, Paris, 1968.

62. 1ª ed., 1932; 3ª ed., Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1945, 205-248.

63. Ob. cit., 207.

64. *História Geral do Brasil*, 3ª ed., Companhia Melhoramentos, São Paulo, s.d., 1ª vol., 281.

65. Ob. cit., 205-248.

66. *A influência africana no português do Brasil*, Porto, 1948.

67. Paris, 1947.

68. Ob. cit., 39-54.

69. Ob. cit., 82.

70. Ob. cit., 87.

71. Edison Carneiro, *Ladinos e Crioulos*, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1964, 113.

72. *Jornal do Comércio* de 14 de maio de 1830; notícia reproduzida na seção “Há 150 Anos”, de 14 de maio de 1980.

73. *Viagens ao Brasil*, trad. port., Comp. Edit. Nac., Brasileira, vol. 223. São Paulo, 1942, p. 13.

74. *Viagem pelo Norte do Brasil no Ano de 1859*, Rio de Janeiro, 1961, 128-129.

75. Ob. cit., 129.

76. *Viagens ao planalto do Brasil*, 1868, 1ª vol., 381.

77. *Annaes da Bibliotheca e Archivo Publico do Pará*, reed. 1968, pp. 190-191.

78. *Corographia historica, Genealogica nobiliaria e politica do Imperio do Brasil*, Rio de Janeiro, 1860, vol. 5º, 297-300, especialmente 299.

79. “Diretorio, que se deve observar nas povoações dos Indios do Pará, Maranhão em quanto Sua Majestade não mandar o contrario”, in *Collecção da Legislação Portuguesa desde a ultima compilação das Ordenações*, redigida pelo desembargador Antonio Delgado da Silva, vol. 1750-1762, Lisboa, 1830, pp. 507-530.

80. Artigo 3º da referida Lei.

81. Art. 5º da referida Lei.

82. Artigo 6º do Diretório.

83. Ob. cit., artigos 7º e 8º

84. Ob. cit., artigos 10º, 17º, 81, 82, 84, 87, 88, 89.

85. Ob. cit., pp. 367-368.

86. Serafim Silva Neto, *Introdução ao Estudo da Língua Portuguesa no Brasil*, Instituto Nacional do Livro, Rio de Janeiro, 1950, p. 68.

87. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (RIHGB)*, t. 46, parte 1, 1883, 121-171.

88. 17 de outubro de 1758. *Archivo do Distrito Federal*, janeiro 1896, p. 353 e janeiro de 1897, pp. 36-40.

89. “Relação das instruções e ordens que se expediram ao Conde da Cunha”, RIHGB t. 35, parte 1, 1872, p. 217.

90. Ob. cit., 142.

91. Ob. cit., 264.

92. “Officio do Ouvidor interino de Porto Seguro Francisco Dantas Barbosa para o Governador da Bahia, sobre o estado da civilização dos indios da sua comarca Porto Seguro, 20 de dezembro de 1803”, in *Anais da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro (ABN)*, vol. 37, 1918, p. 179.

93. “Meios de dirigir o governo temporal dos indios” (1778), in Melo Moraes, *Corographia historica*, ob. cit., vol. 5º, 122-185.

94. Cit. por Serafim Silva Neto, *Introdução ao Estudo da Língua Portuguesa no Brasil*, ob. cit., 76-77.

95. Instituto Nacional do Livro, Rio de Janeiro, 1967, 122-123.

96. 1ª edição, São Paulo, 1901; 4ª ed., Salvador, 1955.

97. Recife, 1907.

98. Recife, 1931.

99. Livraria Francisco Alves, Rio de Janeiro,

1976, 156-160.

100. *O Rio de Janeiro como é. 1824-1826. Huma vez e nunca mais*, Rio de Janeiro, s.d., 139-140.

101. Ob. cit., 139-140.

102. Ob. cit., 67-68.

103. “Escorço Biográfico de D. Pedro I”, *Anais da Bibliotheca Nacional (ABN)*, vol. 60, 138-139.

104. *Travels in South America, during the years 1819-20-21*, Londres, 1825, vol. 1, 82.

105. *Dez Anos no Brasil*, Livraria Martins, São Paulo, 1941, 235.

106. Carlos de Araújo Moreira Neto, “A Política Indigenista Brasileira durante o século XIX”, Tese de Doutorado, Rio Claro, São Paulo, 1971.

107. *Diário de uma Viagem ao Brasil*, ob. cit., 333.

108. *Travels in South America*, ob. cit., 66.

109. *Segunda Viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo*, 2ª ed., Companhia Editora Nacional, 1938, 157.

110. *Viagem à Comarca de Curitiba*, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1964, 120.

111. “Corografia Histórica da Província de Goiás”, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 37, parte 1, p. 213; e 38, parte 1, p. 5, 1875, 311.

112. *Memórias de um sargento de milícias*, Rio de Janeiro, várias edições, 187.

113. José Honório Rodrigues, *A Assembléia Constituinte de 1823*, Vozes, 1974, especialmente o capítulo “A Assembléia e a língua portuguesa”, pp. 277-279.

114. AAC, IV, 166.

115. AAC, IV, 178.

116. AAC, AAC, 203.

117. *Anais do Primeiro Congresso da Língua Nacional Cantada*, São Paulo, Departamento de Cultura, 1938, 11-14.



Vasco da Gama